

Agricultura brasileira e concentração fundiária

Resumo

Para compreender o cenário agrário do Brasil, um dos mais violentos do mundo e também base de nossa economia, é preciso compreender o histórico que faz com que, até os dias atuais, o Brasil tenha grandes índices de concentração fundiária. Com a consolidação da colonização, o Brasil ficou conhecido internacionalmente como um grande exportador de café. Contando com a mão de obra da população escravizada, o algodão e o açúcar, nos modelos dos grandes engenhos e propriedades dos portugueses e europeus, eram produzidos em larga escala. Nossa dependência do modelo agroexportador, ou seja, da terra, passou por altos e baixos, estando novamente consolidada no presente.

Histórico da cenário agrário e da concentração fundiária

Os europeus que vieram para o Brasil com a colonização, receberam políticas que facilitaram o acesso à terra e a fixação de propriedades exploratórias e produtivas. A política das sesmarias foi uma estratégia da coroa Portuguesa para conceder lotes aos europeus, estimulando a ocupação de terras no território brasileiro. A posterior Lei de Terras (1850) é considerada a primeira lei que oficializa a terra enquanto mercadoria, onde só quem consegue o acesso a essa propriedade são os que possuem dinheiro para entrar no leilão. Essas políticas foram os marcos iniciais de um processo intenso de concentração fundiária, que perdura e possui diversas consequências.

É importante ressaltar que os grandes produtores de café possuíam muito poder e influência política, uma vez que eram a base da nossa economia. Com a abolição do regime escravocrata até então vigente, houve um intenso processo de migração de mão de obra sobretudo japonesa para trabalhar na produção agrícola dessas fazendas. Em 1930, com o governo de **Vargas**, houve o início do processo de industrialização do Brasil, que freou o avanço desse tipo de produção, motivado sobretudo pela política de substituição de importações, onde o Brasil focou na produção para consumo interno. Essas indústrias porém foram instaladas no lugar de grandes fazendas no sudeste. A escolha dessa localização não foi à toa. No sudeste existia a grande acumulação de capital advinda da era do café, uma elite consolidada e um sistema de transporte integrado que facilitava a produção industrial. Essa elite portanto, com o sistema de heranças, foi também beneficiada nesse período, perdurando sua influência política enquanto detentora de propriedade no Brasil.

Pode-se dizer que **Juscelino Kubitschek** priorizou o investimento na área urbana, no seu modelo desenvolvimentista. Porém, um dos pontos de sua política foi o investimento em transportes que visou, entre outros motivos, realizar uma integração regional no Brasil. Foi a primeira política econômica integrada para as regiões brasileiras, uma vez que antes disso, as regiões eram consideradas arquipélagos econômicos. Nesse momento, grande parte da elite europeia que possuía produção agrícola – como soja, milho, gado e vinho – estava concentrada no Sul. O Centro-Oeste era considerado um vazio em termos de ocupação do grande capital. Sendo assim, a criação de Brasília e a integração realizada pela construção de rodovias, facilitou o acesso. Grande parte da elite do sul foi estimulada, por meio de políticas públicas, a adquirir terras no Centro Oeste e investir na produção agropecuária. Atualmente, existem exemplos como a cidade de SINOP, dessa elite imobiliária que criou cidades voltadas para o agronegócio. A monocultura nessa região passou a crescer muito e não à toa no período **da Revolução Verde** (1970) a região recebeu muito investimento, com a introdução de capital e tecnologia na forma de produzir do campo.

Nesse momento também João Goulart e JK consideraram pautar a reforma agrária, que na verdade foi um disfarce para uma política não bem sucedida de ocupação de áreas de Amazônia. Apesar disso, esta política beneficiou pequenos proprietários que conseguiram título de posse em regiões do Mato Grosso e Tocantins.

Todas essas políticas possuem profundo impacto social que deve ser considerado no cenário de **conflito no campo**. Dados da CPT – Comissão Pastoral da Terra em 2018 revelaram que mais de 16 mil famílias sofrem com essa violência. A monocultura e a necessidade de grande quantidade de terra para produção, assim como a introdução de tecnologia no campo, pressionam o pequeno produtor a sair de sua propriedade. Muitos grupos que não possuíam título de posse como o caso de propriedades de uso comum, ou grupos marginalizados que foram vítimas de grilagem perdem o acesso. Os indígenas também sofrem muito com os cercamentos das áreas que antes acessavam para usufruir dos bens naturais. Com isso, em 1980 o Movimento dos Sem Terra se consolidou. Entre posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, antigos camponeses e pequenos agricultores que se viram desprovidos do seu direito de produzir alimento. Esse grupo reivindica pela ocupação de propriedades improdutivas, regularização de propriedades de grupos marginalizados e pela reforma agrária no geral.

É importante citar que durante a ditadura militar, houve um incentivo ao investimento de grande capital no campo. Isso ocorreu por meio do **PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados)**, que estimulou a expansão da soja no Centro-Oeste por meio de capital brasileiro e japonês, acarretando grande **expansão agrícola**. A agropecuária penetrou no Centro-Oeste e houve a modernização da agricultura brasileira. Embora a agricultura cresça muito, a terra continua concentrada nas mãos de poucos, além do fato de a vegetação do Cerrado e Pantanal estarem devastadas devido a essa expansão agrícola.

Nas décadas de 1980 e 1990, a agricultura continuou crescendo e desempenhando um papel cada vez mais importante na economia brasileira. Com isso, o agronegócio foi se desenvolvendo ao longo da gestão de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Todavia, a **agricultura moderna**, relacionada à **Revolução Verde**, vem acompanhada da manutenção de uma relação de trabalho atrasada e da concentração fundiária. Portanto, o processo de desenvolvimento da economia agrícola é chamado de **modernização conservadora**, pois, ao mesmo tempo que evolui tecnicamente, mantém algumas características arcaicas. Como visto, ao mesmo tempo que a Revolução Verde possibilitou um aumento na produção agrícola e impactou significativamente na economia, tornando-se um pilar econômico, percebe-se que o uso de novas tecnologias acarretou consequências sociais graves, acentuando as disparidades e conflitos no campo.

Apesar do investimento industrial realizado, o Brasil é um país de industrialização tardia. Estamos sempre um passo atrás, dependentes do investimento do capital internacional para desenvolver nossos modelos produtivos. Enquanto os países de industrialização primária investem em tecnologias e novas descobertas, produtos caros e competitivos, o Brasil e demais países subdesenvolvidos ao redor do mundo se veem estratificados no cenário internacional como exportadores de **commodities** (produtos que servem como matéria prima industrial e que possuem alta capacidade de estoque sem perder a qualidade, como petróleo, boi, café e soja). Essa dependência do campo remete aos tempos coloniais de regime escravocrata e possui graves consequências sociais e ambientais. É preciso refletir qual modelo de crescimento beneficiaria a população brasileira, para que não percamos por meio da venda, grande parte de nosso território e bens naturais para companhias que visam a exportação.

Contudo, é importante frisar que a **agricultura familiar**, realizada por comunidades tradicionais, quilombolas ou pequenos produtores, ainda resiste no Brasil. Esse tipo de cultivo pode acontecer em reservas extrativistas, parques ou em pequenas propriedades regularizadas ou de posse. Essa população planta com grande diversificação e vende nas feiras. Existiram programas assistencialistas da era PT que estimularam a compra

dos pequenos produtores para abastecer as escolas públicas, e também a concessão de crédito para o pequeno produtor rural. Pela constituição de 88, é dever do Estado regularizar a propriedade de posseiros pelo Brasil, lei que possui várias dificuldades para se cumprir, dentre elas a burocracia inacessível para grande parte da população, a falta de interesse do Estado, e as terras de uso comum, típicas da herança colonial brasileira que não se adequam as exigências para regularização. A **concentração fundiária** portanto é isso, grande parte da população brasileira tem que dividir uma pequena quantidade de área de terra produtiva, abastecendo a produção interna, enquanto um grupo pequeno e seleto, concentra em suas mãos grande parte do território brasileiro para exportação.

Quer ver este material pelo Dex? Clique [aqui](#)

Exercícios

1. A agricultura ecológica e a produção orgânica de alimentos estão ganhando relevância em diferentes partes do mundo. No campo brasileiro, também acontece o mesmo. Impulsionado especialmente pela expansão da demanda de alimentos saudáveis, o setor cresce a cada ano, embora permaneça relativamente marginalizado na agenda de prioridades da política agrícola praticada no país.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org.). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: Ipea, 2017 (adaptado).

Que tipo de intervenção do poder público no espaço rural é capaz de reduzir a marginalização produtiva apresentada no texto?

- a) Subsidiar os cultivos de base familiar.
 - b) Favorecer as práticas de fertilização química.
 - c) Restringir o emprego de maquinário moderno.
 - d) Controlar a expansão de sistemas de irrigação.
 - e) Regular o uso de sementes selecionadas.
2. A expansão da fronteira agrícola chega ao semiárido do Nordeste do Brasil com a implantação de empresas transnacionais e nacionais que, beneficiando-se do fácil acesso à terra e água, se voltam especialmente para a fruticultura irrigada e o cultivo de camarões. O modelo de produção do agro-hidronegócio caracteriza-se pelo cultivo em extensas áreas, antecedido pelo desmatamento e consequente comprometimento da biodiversidade.

Disponível em: www.abrasco.org.br. Acesso em: 22 out. 2015 (adaptado).

As atividades econômicas citadas no texto representam uma inovação técnica que trouxe como consequência para a região a

- a) intensificação da participação no mercado global.
- b) ampliação do processo de redistribuição fundiária.
- c) valorização da diversidade biológica.
- d) implementação do cultivo orgânico.
- e) expansão da agricultura familiar.

3. Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp. 2009.

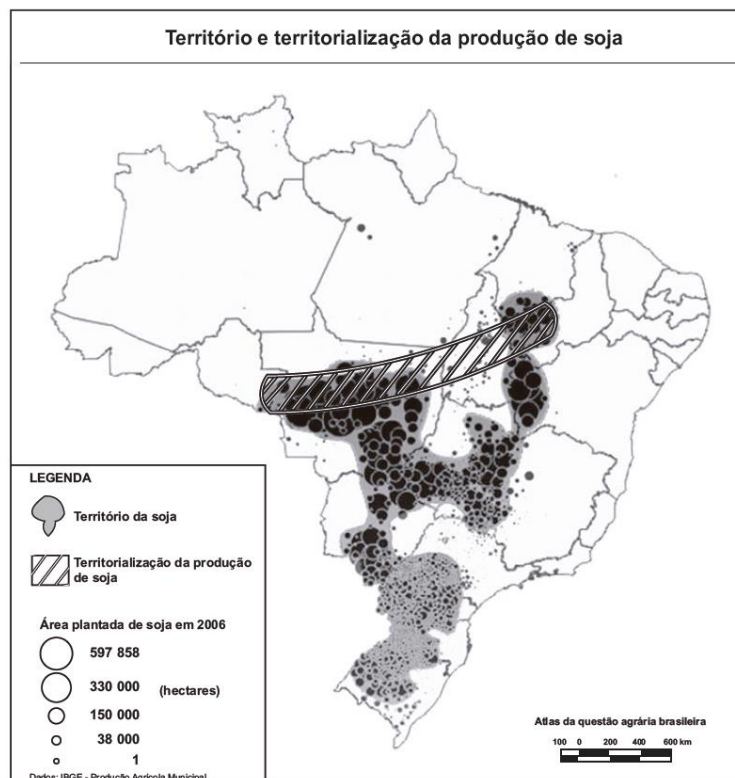
O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de

- a) reforma agrária.
 - b) expansão mercantil.
 - c) concentração fundiária.
 - d) desruralização da elite.
 - e) mecanização da produção.
4. Durante as três últimas décadas, algumas regiões do Centro-Sul do Brasil mudaram do ponto de vista da organização humana, dos espaços herdados da natureza, incorporando padrões que abafaram, por substituição parcial, anteriores estruturas sociais e econômicas. Essas mudanças ocorreram, principalmente, devido à implantação de infraestruturas viárias e energéticas, além da descoberta de impensadas vocações dos solos regionais para atividades agrárias rentáveis.

AB'SABER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003 (adaptado).

A transformação regional descrita está relacionada ao seguinte processo característico desse espaço rural:

- a) Expansão do mercado interno.
- b) Valorização do manejo familiar.
- c) Exploração de espécies nativas.
- d) Modernização de métodos produtivos.
- e) Incorporação de mão de obra abundante.



GIRARDI, E. R. Atlas da questão agrária brasileira. Disponível em: www.fct.unesp.br. Acesso em: 7 ago. 2012 (adaptado).

A formação do território da soja no Brasil refletiu a seguinte característica espacial:

- a) Inclusão de regiões com elevadas concentrações populacionais.
- b) Incorporação de espaços com baixa fertilidade natural dos solos.
- c) Integração com espaços de consolidação de reservas extrativistas.
- d) Necessidade de proximidade física com os principais portos do país.
- e) Reutilização de áreas produtivas decadentes da tradicional cultura canavieira.

6. Canto dos lavradores de Goiás

Tem fazenda e fazenda
Que é grande perfeitamente
Sobe serra desce serra
Salta muita água corrente
Sem lavoura e sem ninguém
O dono mora ausente.
Lá só tem caçambeiro
Tira onda de valente
Isso é que é grande barreira
Que está em nossa frente
Tem muita gente sem terra
Tem muita terra sem gente.

MARTINS, J. S. *Cativeiro da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979

No canto registrado pela cultura popular, a característica do mundo rural brasileiro no século XX destacada é a

- a) atuação da bancada ruralista.
- b) expansão da fronteira agrícola.
- c) valorização da agricultura familiar.
- d) manutenção da concentração fundiária.
- e) implementação da modernização conservadora.

7. Observe a figura a seguir

O espaço rural brasileiro



Disponível em: www.cetecambiental.eco.br. Acesso em: 5 ago. 2018.

“A chamada modernização do campo é a fase mais evoluída da agricultura e da pecuária, apresentando elevado grau de integração com a indústria, com os capitais ou investimentos e com a ciência.”

COELHO, Marcos de Amorim; TERRA, Lygia. *Geografia geral: o espaço natural e socioeconômico*. São Paulo: Moderna, 2001, p. 388.

A modernização do campo no espaço geográfico brasileiro está relacionada, respectivamente, aos seguintes impactos ambiental e social:

- a) recuperação dos solos e execução de uma política de reforma agrária
- b) inversão térmica e redução da fome com a produção dos transgênicos
- c) perda da biodiversidade e concentração da propriedade fundiária
- d) aumento do reflorestamento e promoção da legislação trabalhista no campo
- e) erosão do solo e desconcentração fundiária devido à facilidade do crédito rural

8. Apesar do aumento da produção no campo e da integração entre a indústria e a agricultura, parte da população da América do Sul ainda sofre com a subalimentação, o que gera conflitos pela posse de terra que podem ser verificados em várias áreas e que frequentemente chegam a provocar mortes. Um dos fatores que explica a subalimentação na América do Sul é

- a) a baixa inserção de sua agricultura no comércio mundial.
- b) a quantidade insuficiente de mão de obra para o trabalho agrícola.
- c) a presença de estruturas agrárias arcaicas formadas por latifúndios improdutivos.
- d) a situação conflituosa vivida no campo, que impede o crescimento da produção agrícola.
- e) os sistemas de cultivo mecanizado voltados para o abastecimento do mercado interno.

9. A modernização da agricultura brasileira, que no início do século XXI está presente em quase todas as regiões do país, ainda é tratada na literatura como sendo de cunho “conservador”, uma vez que essa modernização

- a) reduziu o crescimento desordenado das cidades.
- b) restringiu a capacidade produtiva do campo.
- c) limitou a quantidade de áreas destinadas ao desmatamento.
- d) distribuiu alimentos à população de baixa renda.
- e) manteve inalterada a estrutura fundiária do campo.

10. A soma das exportações do agronegócio brasileiro no período de 12 meses terminado em março registrou um novo recorde. Com US\$ 79,8 bilhões em vendas entre abril de 2010 e março de 2011 e a alta dos preços das commodities (...), o país deve superar, em breve, a marca dos US\$ 80 bilhões (...) As exportações no período, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), cresceram 19,7% em relação ao período de abril de 2009 a março de 2010.

Disponível em: www.exame.com

Assinale a alternativa que identifica a tendência provocada pela evolução do agronegócio no Brasil.

- a) Apoio dos produtores ao Código Florestal em vigência desde 1965, porque a modernização produtiva permite a reconstituição da vegetação removida por sistemas produtivos precários.
- b) Nova condição do país no cenário econômico internacional, porque, no futuro, as novas potências serão produtoras de commodities.
- c) Retenção da população no campo, aumentando o contingente rural, que estava declinando desde os anos 1970.
- d) Freio importante no ritmo do desmatamento, em especial, das zonas do norte do Mato Grosso, devido ao aumento da produtividade agrícola.
- e) Grande demanda por terras agrícolas, especialmente nos biomas do Brasil central e do Norte do país.

Gabarito

1. **A**

No Brasil, a agricultura familiar é a principal responsável pela produção voltada para o mercado interno. A produção orgânica é, geralmente, desenvolvida por esses estabelecimentos familiares. Nesse contexto, subsidiar os cultivos de base familiar seria a melhor opção para estimular a expansão desse tipo de cultivo.

2. **A**

A questão apresenta termos como “empresas transnacionais e nacionais” e “agro-hidronegócio”, que apontam para um contexto da agricultura após a Revolução Verde, no qual a agricultura passou por uma modernização produtiva (formação de Complexos Agroindustriais – CAIs). Tal modernização possibilitou a ampliação da produção, principalmente commodities, destinada ao mercado externo.

3. **C**

A Lei de Terras de 1850, como mencionado no texto, definiu que o acesso à terra só poderia se dar por meio de compra. Por conta disso, pobres, imigrantes e negros livres ficaram excluídos, o que contribuiu para a expansão da concentração fundiária.

4. **D**

O Mato Grosso é considerado o coração do agronegócio do Brasil. As novas formas produtivas expandiram a fronteira agrícola do Sul em direção ao Centro Oeste. Hoje, essa contínua expansão já ameaça a Amazônia. Essa transformação regional só foi possível pela implementação de tecnologia e modernização dos métodos produtivos.

5. **B**

A formação do território da soja no Brasil incorporou áreas com solos de baixa fertilidade, como no caso dos solos lixiviados da Amazônia, ácidos do Centro-Oeste e laterizados do Nordeste.

6. **D**

O cenário do Brasil agrário é marcado por conflitos que advêm de um histórico de injustiças ao acesso à terra, que se reflete em uma estrutura fundiária extremamente concentrada.

7. **C**

O agronegócio apresenta como uma das suas principais características a produção em grandes propriedades, consolidando a concentração de terras. O avanço da produção gera, por sua vez, o desmatamento e a perda da biodiversidade.

8. **C**

A principal característica da estrutura fundiária brasileira e de países da América do Sul é a concentração de terras. Muitas vezes, essas propriedades são improdutivas e atendem apenas à especulação imobiliária, aguardando a valorização da propriedade para posterior venda. A Revolução Verde aprofundou essa desigualdade de acesso à terra.

9. **E**

A modernização agrícola é considerada conservadora, pois não alterou a estrutura fundiária, contribuindo ainda mais para a concentração de terras.

10. E

O crescimento da exportação de gêneros agrícolas do Brasil exerce uma pressão ambiental sobre as Regiões Centro-Oeste e Norte, pois são áreas que a soja, um dos maiores produtos de exportação brasileiro, tem ocupado e se expandido.